



PROCESSO Nº 5865/22

DATA 21/03/22

Folhas Nº 15 Rubrica 349

Processo: 5865/2022

Recorrente: Supergasbras Energia Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 016 de 2022 - Processo Licitatório n. 6443/2021

Ilmo. Sr. Subprocurador;

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 016 de 2022 - Processo Licitatório n. 6443/2021, que tem por objeto licitar a melhor proposta para registro de preços para aquisição de gás GLP a granel - cilindro de 190 kg, para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 17 de março de 2022.

Em suma, a empresa alega em sua primeira peça recursal, acostada às fls. 03/09, que a empresa Companhia Ultragaz S/A, declarada vencedora do certame, deve ser inabilitada, uma vez que cometeu erros insanáveis na etapa de habilitação do certame, a saber: (1) a publicação do ato constitutivo (estatuto social) sem registro na Junta Comercial, afrontando a cláusula 17.3 do edital e estando em desconformidade com a Lei n. 6.404/1976; (2) a prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho de outra filial, deixando de atender a cláusula 18.7 do edital; (3) deixou de apresentar o documento exigido no item 19.1.1.1; (4) deixou de comprovar o exigido no item 19.2 do edital.

A Comissão de Pregão III, em manifestação de fls. 10/14, respondeu o recurso, afirmando que:

(1) quanto à alegação sobre a publicação do ato constitutivo (estatuto social) sem registro na Junta Comercial, afrontando a cláusula 17.3 do edital: *"em análise a documentação de documentação de habilitação apresentada pela empresa COMPANHIA ULTRAGAZ S.A., esta pregoeira verificou que conforme fl. 285 dos autos, que a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a qual, em seu Anexo III (fls. 292 a 301) traz o Estatuto Social da empresa foi registrada na JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) sob o nº de Protocolo 0.336.585/21-4"*.

(2) quanto à alegação de que a recorrida apresentou prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho de outra filial, deixando de atender a cláusula 18.7 do edital: *"esta pregoeira verificou que conforme fl. 329, de fato a empresa apresentou a certidão da filial com CNPJ 61.602.199/0042-90, no entanto em consulta ao SICAF, conforme determina o item 16 do edital, foi possível verificar a regularidade trabalhista da filial participante da licitação, com validade*

14-1



PROCESSO N° 5865/22
DATA 21 03 22
Folhas N° 16 Rubrica 301/22

de 05/04/2022, através da integração automática do SICAF com o sistema emissor de certidões do sistema do Tribunal Superior do Trabalho - TST".

(3) quanto à alegação de que a recorrida deixou de apresentar o documento exigido no item 19.1.1.1: "quanto à certidão de Falência e Concordata expedida pela comarca da Duque de Caxias, fls. 338, sede da filial participante da licitação, de fato a empresa não encaminhou o documento que trata o item 19.1.1.1, não tendo esta pregoeira diligenciado, na ocasião, solicitando a empresa o envio de tal documento, de forma complementar, conforme autoriza o próprio texto do item 19.1.1.1 do edital" e, ainda, que "quanto à certidão de Falência e Concordata da Matriz pode ser verificado na própria Certidão de Falência e Concordata, emitida pelo poder judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, fls. 340 dos autos, a mesma abrange todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo, atendendo, assim, s.m.j. a comprovação que trata o documento complementar exigido no item 19.1.1.1 do instrumento convocatório".

(4) quanto à alegação de que a recorrida deixou de comprovar o exigido no item 19.2 do edital: "a empresa comprova Capital Social no valor de R\$ 1.035.385.011,07 (um bilhão, trinta e cinco milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, onze reais e sete centavos), bem acima do mínimo requerido para a contratação de aproximadamente R\$ 10.630,62 (dez mil seiscentos e trinta reais e sessenta e dois centavos).

Por fim, a Comissão de Pregão III encaminhou os autos a esta especializada jurídica para análise, sobretudo quanto à verificação da possibilidade de diligência, em sede recursal, conforme previsto no item 28.5 do instrumento convocatório, com o intuito de complementar a documentação apresentada pela empresa com fulcro nos itens 16.2.2 e 19.1.1.1 do edital, a fim de subsidiar a decisão, ante o recurso interposto.

É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

60



- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
b) julgamento das propostas;
c) anulação ou revogação da licitação;
d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;
e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;
[...]

PROCESSO Nº 5865/2022
DATA 21 / 03 / 22
Folhas Nº 17 Rubrica Felipe

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.”

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão,”

“Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses”.

la.



Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Pois bem. Quanto aos itens 1, 2 e 4 narrados no relatório, verifica-se que a Comissão de Pregão já fundamentou sua decisão pela manutenção da habilitação da recorrida, assistindo razão quanto aos apontamentos feitos.

No entanto, quanto ao item 3 (alegação de que a recorrida deixou de apresentar o documento exigido no item 19.1.1.1), s.m.j., não é possível a utilização do item 28.5 do edital, tendo em vista a redação da parte final, que veda a inclusão posterior de documento que deveria constar da documentação de habilitação:

28.5 - É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

PROCESSO Nº 5865/2022
DATA 21/03/22
Folhas Nº 18 Rub. Felipe

De acordo com o item 19.1.1.1, a licitante sediada em outra Comarca deveria apresentar, além da certidão negativa de falência, declaração do foro da sua sede ou outro documento idôneo que identifique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas, todavia, a recorrida apresentou tão somente a certidão de falência (fls. 338/339), deixando de apresentar a referida declaração, não podendo, agora, incluir tal documento.

Como é de notório conhecimento, a licitação é a modalidade de licitação (procedimento administrativo vinculado) por meio do qual a Administração Pública seleciona a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com objetivo de obter o melhor produto/serviço pelo menor preço, melhor técnica.

Nas sábias palavras de Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 30a ed., SP: Malheiros, p. 283), o edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes.

[Assinatura]



Assim, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei n. 8.666/1993, *in verbis*:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

"Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigível, ao convite e à proposta do licitante vencedor".

O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas, como leciona Licínia Rossi em seu Manual de Direito Administrativo (2015, p. 530):

"Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada (art. 41 da Lei n. 8.666/93)".

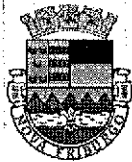
Trata-se de uma garantia não só para a Administração, mas também para todos os licitantes, conferindo lisura na realização do certame, eis que todas as partes envolvidas têm conhecimento das regras a serem aplicadas.

Portanto, se a recorrida não apresentou sua documentação em conformidade com o estabelecido no edital, deve ser inabilitada.

Pelo exposto, opina-se pelo retorno do procedimento à Comissão de Pregão III para ciência e adoção de providências de sua competência.

Ressalte-se que o exame desta assessoria jurídica se dá tão somente quanto à legalidade, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando

B. 5



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

no mérito administrativo, nem questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, que poderá acolhê-lo ou decidir de forma diversa.

Nova Friburgo, 18 de março de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773

PROCESSO Nº 5865/22
DATA 21 / 03 / 22
Folha Nº 20 Rubrica Lelipa

Votos De acordo
18/03/20

Ana Paula Brito Jordão
Procuradora Geral do Município
Matr. 62.904